



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Joel Rodrigues/Agência Brasília



TCDF libera, e MP de Contas da União pede que TCU trave pagamento na saúde do DF

O procurador do Ministério Público de Contas da União Júlio Marcelo de Oliveira fez uma representação com pedido para que o TCU impeça a aplicação de recursos federais no contrato de R\$ 199,4 milhões da Secretaria de Saúde com a empresa Mediall Brasil, para implantação e manutenção de hospitais de campanha criados para atender pacientes com covid-19. A Secretaria de Saúde, após uma avaliação técnica acerca da situação da pandemia, decidiu, no ano passado, suspender o pagamento de leitos disponíveis e não usados, aplicando uma redução de 31% do valor diário do contrato original, tendo em vista a subocupação graças à diminuição dos casos de contaminação. Mas a empresa reclamou da suspensão do pagamento por parte da pasta. O TCDF avaliou o caso e deu razão para a Mediall, em decisão por maioria, sob a relatoria do conselheiro Inácio Magalhães e com voto contrário do conselheiro Renato Rainha. Agora, o MP de Contas da União quer impedir o pagamento. No TCU, o caso está sob relatoria do ministro Vital do Rêgo. Para o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, a decisão do TCDF é inusitada e "extrapolou os limites das atribuições constitucionalmente conferidas aos tribunais de Contas".

Decisões divergentes

Não será a primeira vez que TCU e TCDF poderão proferir decisões divergentes sobre casos idênticos. Na pandemia, o TCDF manteve suspensão de pagamento de aditivo contratual favorável à empresa Biomega, na compra de testes da covid-19. O TCU entendeu diferentemente e suspendeu os mesmos pagamentos. Uma decisão do TCU favorável ao MP de Contas da União não poderá obrigar o TCDF a rever seu posicionamento, mas evitará que recursos federais sejam usados para esses pagamentos. E a decisão trará outro efeito: poderá criar um grande embaraço para os setores técnicos da Secretaria de Saúde, que terão duas decisões, uma contrária e uma favorável.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Debate no Lide

A primeira-dama do DF e secretária de Desenvolvimento Social, Mayara Noronha Rocha, é a convidada do próximo almoço do Lide Mulher (Grupo de Líderes Empresariais). Será na próxima quinta-feira, no Brasília Palace Hotel, com o tema "Responsabilidade social".

Divulgação/Paulo Octávio



Alinhados

Paulo Octávio, presidente regional do PSD, reuniu-se nesta quinta-feira, a portas fechadas, com os deputados distritais do partido. Na pauta, o alinhamento da legenda nas eleições ao GDF. Todos saíram pensativos do encontro, após a análise de cinco diferentes cenários.

Mutirão confirmado

Depois que o senador José Antônio Reguffe (União) prometeu, no lançamento da pré-candidatura ao Buriti, realizar mutirões de cirurgias na rede pública para atender à fila que aguarda por procedimentos, o governo do DF anunciou medidas nesse sentido. A Secretaria de Saúde vai fazer um mutirão de quatro tipos de cirurgias: remoção do útero, da vesícula biliar, além de tratamento de hérnia inguinal e umbilical.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Novo de novo

José Roberto Arruda foi aconselhado a mudar o marketing da campanha — independentemente do cargo. Circulam propagandas nas redes sociais com a marca "Arruda de novo". A sugestão é o "novo Arruda".



Ed Alves/CB/D.A. Press



No aquecimento

O presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente (MDB), é pré-candidato a deputado federal, mas está fazendo uma campanha com ar de senador... Ou até governador. Está pronto para entrar em campo para concorrer a um cargo majoritário. Se precisar.

Ed Alves/CB/D.A. Press

Cabo eleitoral

Alvo da Operação Caixa de Pandora, o ex-deputado Rogério Ulysses não deve concorrer em outubro. Mas, como mantém uma base fiel em São Sebastião, é um importante cabo eleitoral. É um dos coordenadores da pré-candidatura de Tadeu Filippelli (MDB), que concorrerá a um mandato de deputado distrital.



Daniel Ferreira/CB/D.A. Press - 5/5/2020

A volta da oração

Já Júnior Brunelli se filiou ao PTB e deve concorrer a uma vaga de deputado distrital.

Ordem das apresentações na festa do Lula

Todos os pré-candidatos da base do ex-presidente Lula no Distrito Federal foram convidados para o ato em Brasília com a presença dele, na próxima terça-feira, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Mas Leandro Grass (PV) e Rosilene Corrêa (PT) terão destaque. Rosilene e Leandro poderão discursar por último, antes das duas principais estrelas da festa, Geraldo Alckmin e Lula.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Com a volta de José Roberto Arruda ao cenário eleitoral, quadro da disputa ao governo do Distrito Federal fica mais congestionado

Corrida ao Buriti com muitas raias

» ANA MARIA CAMPOS

Apesar da novidade na eleição — a possível entrada de José Roberto Arruda (PL) na disputa ao Palácio do Buriti —, os pré-candidatos já lançados de oposição ao governador Ibaneis Rocha (MDB) não demonstram disposição de recuar em seus projetos para se fortalecerem em alianças. Sinal de que a corrida eleitoral ao governo terá muitas raias.

A federação PT-PV-PCdoB firmou a candidatura do deputado distrital Leandro Grass (PV) ao governo, tendo a professora Olgamir Amancia (PCdoB) como vice e a diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) Rosilene Corrêa (PT) na disputa ao Senado. "Para nós, não muda nada. Estamos preparados para enfrentar qualquer candidato que surja da base bolsonarista", afirma Grass. "Primeiro, precisamos saber se Arruda será mesmo candidato. Se ele for, o grande prejudicado é Ibaneis, que perderá parte de sua base", aponta.

Os dirigentes da federação PSol-Rede também asseguraram que a assistente social Keka Bagno (PSol) vai registrar seu nome no páreo. Essa é mais uma chapa que apoiará o ex-presidente Lula. A ideia é

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Após anúncios recentes de pré-candidaturas, Ibaneis Rocha (segunda foto) terá de enfrentar opositores de direita, centro e esquerda

apresentar o discurso de defesa da diversidade, dos direitos humanos, além de combater Ibaneis e Jair Bolsonaro (PL).

Assim como o pré-candidato do PSB Rafael Parente, que começou a montar chapa pura para concorrer ao Buriti. A vice deve ser a ex-deputada distrital Luzia de Paula (PSB). "Acredito que a chegada do Arruda bagunça ainda mais um cenário que já era confuso. Mas a pior notícia é para o Ibaneis. Apesar da boataria criada pelo próprio Arruda

Ed Alves/CB/D.A. Press



de que ele deve ser candidato a deputado federal, ele está trabalhando fortemente para se viabilizar como projeto bolsonarista no Distrito Federal", acredita Parente. Ele analisa: "Se esse projeto se concretizar, vai conseguir esvaziar por completo o projeto do Ibaneis, que pode até desistir do pleito. Corre um risco muito alto de não chegar ao segundo turno".

Parente tem conversado com o senador José Antônio Reguffe, pré-candidato do União Brasil

Ed Alves/CB/D.A. Press



ao governo. Há em pauta um possível acordo para que Parente seja vice de Reguffe. Mas esse acordo depende, ainda, da construção de alianças com partidos que já estão na frente de apoio a Reguffe, como Podemos, Pros, PSC e Cidadania.

Entre aliados de Reguffe, há uma aposta de que o embate entre Arruda e Ibaneis deve provocar uma cizânia tão grande na base de apoio ao governo que o candidato do União Brasil pode se beneficiar. Reguffe tem dito a

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



pessoas próximas que não pensa em outro caminho além da disputa ao governo.

Outro que insiste em se manter no páreo é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). "A decisão do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em favor do Arruda muda o cenário político de Brasília, mas não altera a minha disposição de disputar o governo em outubro. Vamos ver qual será a disposição do ex-governador. Até lá, tudo é especulação", afirma Izalci.

Entenda o caso

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, deferiu liminares para conceder efeito suspensivo a recursos do ex-governador José Roberto Arruda contra duas condenações por improbidade administrativa.

Com as decisões, Arruda tem os direitos políticos restabelecidos e pode se candidatar nas eleições de outubro, enquanto aguarda que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a possibilidade de aplicação retroativa da nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021). O julgamento foi marcado para 3 de agosto.

Segundo o ministro Humberto Martins, que decidiu durante o recesso do Judiciário, no plantão, a defesa do ex-governador demonstrou o perigo da demora caso os efeitos da condenação não fossem suspensos antes do prazo para as convenções partidárias e os registros de candidatura. "A parte requerente demonstrou o periculum in mora, já que desenvolveu argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifica a atuação em regime de plantão", explicou o ministro.